

CAPÍTULO 6

O (verdadeiro) caminho da servidão: a reiteração permanente da dependência

Como afirmou Leda Paulani, a expansão capitalista brasileira produziu uma espécie de crença segundo a qual “éramos dependentes, sim, subordinados, por certo, mas assistíamos a taxas de crescimento jamais vistas na história da economia do país”, que poderiam nos levar ao mesmo patamar de desenvolvimento dos países do centro (PAULANI, 2008, p. 81). No entanto, conforme já indiquei antes, o ciclo da acumulação capitalista brasileira, principalmente sob a tutela militar, nunca foi tão virtuoso quanto parecia.

Com base nos dados do “Projeto Harvard sobre a Empresa Multinacional”, realizado entre 1965 e início da década de 1970, Paulani (2008) afirma que cerca de US\$ 1 bilhão em novos recursos foram transferidos anualmente para as subsidiárias norte-americanas nos países da periferia. Em contrapartida, retornava sob a forma de lucros e dividendos para suas matrizes algo em torno de US\$ 2,5 bilhões. “O Brasil respondeu, ao longo

da década de 1970, por uma remessa anual média de US\$ 314 milhões, relativos apenas a despesas de lucros e dividendos de investimentos diretos [...]” (PAULANI, 2008, p. 86). Interessante notar que, mesmo sob a chamada “crise dos anos 1980”, essas cifras só aumentaram, saltando “[...] para médias anuais de US\$ 969 milhões, US\$ 2.589 milhões nas décadas de 1980 e 1990 e no período de 2000 a 2004, respectivamente” (PAULANI, 2008, p. 86).

Encerrado o ciclo de industrialização do desenvolvimentismo realmente existente, cujo centro foi a transnacionalização da produção, o processo de centralização e concentração de capital se avolumou:

- De 1986 a 1990, as exportações mundiais cresceram à média anual de 14,3%, e o fluxo de investimento direto estrangeiro cresceu à média de 24,7%. Entre 1991 e 1993, esse crescimento foi, em média, de 3,8% e 12,7%, respectivamente, enquanto em 1995 foi de 18% e 40%.
- Em 1995, 92% do estoque geral de investimento direto estrangeiro, medido pela saída, originou-se dos países desenvolvidos, mas 73% desse mesmo estoque, medido pelo ingresso, também se encontrava nos países desenvolvidos.
- {Na década de 1990} Cerca de 90% das sedes das empresas transnacionais estavam localizadas em países desenvolvidos, enquanto 40% das subsidiárias se encontravam em países em desenvolvimento.
- De 1994 a 1995, 90% do crescimento do investimento direto estrangeiro observado correspondeu a investimentos em países desenvolvidos.
- Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Japão e França responderam por cerca de dois terços das saídas de investimento estrangeiro em 1995 (PAULANI, 2008, p. 86-87).

A concentração dos fluxos de investimentos entre os países centrais conduz Paulani (2008) a questionar o sentido da industrialização da periferia, sendo essa a condição necessária para a conversão do Brasil, anos

mais tarde, em plataforma de valorização financeira: primeiro nos idos de 1970, como forma de absorver o capital que vivia uma fase de liquidez, depois, como mercado emergente. Assim, a industrialização foi, em parte, uma produção do capital financeiro em expansão e, ao mesmo tempo, a condição para sua perpetuação. Se isso for verdade, quer dizer, se esse for realmente o significado da industrialização da periferia, argumenta a autora, então os próprios termos da dependência teriam se modificado, ou melhor, “[...] a própria natureza da relação que prende o capitalismo periférico brasileiro ao centro do sistema não pode mais ser definida como de ‘dependência’, pelo menos não no mesmo sentido em que o termo foi usado anteriormente” (PAULANI, 2008, p. 90).

Mas o “sentido em que o termo foi usado anteriormente” é o de uma relação assimétrica entre periferia e centro, de dependência política que comportava algum desenvolvimento econômico ou, no mínimo, um processo de industrialização, tal como propuseram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977). Tratou-se, assim, da admissão de um tipo de relacionamento que, mesmo sob o signo da dependência, possibilitava “ganhos mútuos”. Mas a emergência da dominância financeira alterou os termos dessa relação, transformando o “consentimento à dominação”, que viabilizava os supostos “ganhos da periferia” – no caso do Brasil, a industrialização –, em servidão financeira (PAULANI, 2008).

Entretanto, desde Ruy Mauro Marini (2017) – em larga medida tributário de André Gunder Frank –, o “sentido da industrialização”, e sobretudo da dependência, possui um caráter distinto daquele proposto por Cardoso e Faletto (1977). No clássico *Dialética da Dependência*, publicado originalmente em 1973, o marxista brasileiro demonstrou como o processo de industrialização por substituição de importações na periferia refuncionalizou a dependência com relação ao centro do capital, revelando, pois, seu caráter estrutural (MARINI, [1973]/2017). Em trabalho acerca do ciclo do capital na economia dependente, originalmente publicado em 1979

no México, posterior à *Dialética da Dependência*, Marini ([1979]/2012) recorda que, na periferia, a industrialização tardia prolongou a fase que corresponde à produção de bens de consumo além daquela registrada pelos países centrais. Isso foi possível em razão da oferta externa de meios de produção (sobretudo maquinaria e equipamentos), que, para ele, teria sido o gatilho necessário para o avanço da industrialização, mesmo sem dispor de base própria de bens de consumo (habitual, ordinário e suntuário) e de um setor dinâmico de bens de capital. Desta maneira, a indústria manufatureira dos países dependentes se apoiaria no setor de bens de capital dos países centrais, sob a mediação do mercado mundial. Com isso, na periferia, ela dependeria tanto dos meios materiais da produção quanto das tecnologias, que exigem o pagamento de *royalties* ou assistência técnica e promovem a transferência de mais-valia (MARINI, 2012).

Esse processo, que no ciclo do capital é considerado por Marini (2012) como parte da “primeira fase da circulação”, tem consequências drásticas na fase de produção e circulação (realização) da mercadoria. No primeiro caso, as condições anteriormente geradas tendem a acentuar a concentração do capital por circunstâncias próprias da produção, dado o desnível tecnológico entre os países centrais e os dependentes. Dinâmica essa que tende a se acentuar entre os capitais individuais que operam no interior da economia dependente, já que, enquanto alguns – sob a forma de capital/empresa estrangeira – possuem maior acesso às tecnologias que permitem baixar o custo da produção, outros – capitais/empresas que operam com baixo incremento tecnológico – terão um custo de produção mais elevado que só será “resolvido” no mercado via transferência de valor dos segundos para os primeiros sob a forma de uma mais-valia extraordinária. Isso porque, vendendo sua mercadoria pelo preço estabelecido ao nível da produção das empresas com capacidade tecnológica, as empresas com baixo incremento tecnológico obterão uma taxa de lucro maior. Assim, há uma maior concentração de capital por meio do mecanismo do lucro extraordinário (MARINI, 2012).

Diante da impossibilidade de aumentarem a produtividade, as empresas pequenas e médias elevam a taxa de mais-valia, como tentativa de elevar a taxa de lucro, seja aumentando a intensidade de trabalho, seja prolongando a jornada ou rebaixando o custo do trabalho, isto é, recorrem a formas de superexploração do trabalho. Importa destacar que o recurso à superexploração acaba por beneficiar o capital monopolista, “[...] posto que ali também se emprega força de trabalho cujo nível de remuneração obedece, em linhas gerais, ao nível médio fixado nas empresas que trabalham em condições médias” (MARINI, 2012, p. 30).

Lucros extraordinários e salários inferiores ao valor da força de trabalho são dois conceitos-chave na análise de Marini acerca do processo de produção na economia dependente. Mas a eles somam-se outros, destacados pelo autor: um que diz respeito a fatores extraeconômicos, que viabilizam o mecanismo da superexploração, tal como a produção do exército industrial de reserva, cuja tendência é crescer e debilitar as formas de reivindicação da classe trabalhadora; e o outro, a subordinação da produção ao exterior, impondo que “[...] os setores produtivos e as técnicas que empregam sejam impostos muitas vezes de fora, embora em função de sua dinâmica interna” (MARINI, 2012, p. 31).

No caso da segunda fase da circulação, ou da realização da mercadoria, Marini (2012) destaca a importância dos bens de consumo na economia dependente. Essa fase é prolongada, quando comparada com as economias centrais. Isso, no entanto, produz uma tendência contraditória, em razão da separação da estrutura produtiva das economias dependentes em relação às necessidades de consumo interno, graças a suas determinações externas.

O relacionamento entre as mercadorias produzidas e o consumo individual encontra obstáculos que decorrem das fases anteriores, como a produção. No plano do trabalho, isso significa uma escala salarial proveniente

da superexploração, abaixo do nível médio do valor da força de trabalho. Aqueles que conseguem auferir salários acima do valor médio os têm constantemente pressionados para baixo pelo papel regulador cumprido pelo salário médio com relação à escala salarial em seu conjunto (MARINI, 2012). No plano dos lucros, uma parte é deslocada para o exterior, por meio de alguns mecanismos de transferência de mais-valia, mas ressalta-se que essa parte que vai para fora da economia dependente acaba por restringir os limites em que opera a circulação da mercadoria nessa fase; ou seja, contribui para o estreitamento do mercado interno. E a parcela de mais-valia que permanece no mercado interno se divide em duas partes: uma delas é realocada para a produção e a outra se converte em gastos improdutivos para a aquisição de bens individuais daquele que a detém.

Consequentemente, a estrutura do consumo individual corresponde à estrutura de distribuição de renda, que, em razão dos mecanismos anteriormente expostos, tende a ser altamente concentrada. E mais: pelo fato de o “setor dinâmico” do mercado estar constituído pelos rendimentos do capital – e não pelo salário –, a estrutura da produção tende para os rendimentos do capital, excluindo a massa de trabalhadores do consumo, pois comparece no mercado com baixos salários. Essa segunda fase da circulação, ou da realização da mercadoria, tende, portanto, a orientar a produção, apartando-a das necessidades de consumo da classe trabalhadora.

Desse modo, os setores que produzem para o consumo popular têm pouco dinamismo, em contraposição aos setores de bens de consumo suntuário ou de bens de capital. Por decorrência, a limitação do mercado será compensada deslocando parte da produção – influenciada por esse movimento do capital – para o mercado mundial via exportação, concorrendo ainda para o processo o fato de que parte da mais-valia produzida internamente é transferida para fora (MARINI, 2012).

Como se vê, a análise de Marini acerca da economia dependente vai além do processo de industrialização, embora registre, com absoluta clareza, a inexistência de quaisquer “ganhos mútuos”, conforme pretendeu a interpretação das *relações de interdependência* entre economias periféricas e de centro do capital. Para o autor, a dependência é “[...] entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2017, p. 327). Dessa forma, “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2017, p. 327).

Marcelo Carcanholo (2013) faz importantíssimas observações sobre a categoria dependência como uma situação em cujos marcos a economia dominante se expande de modo autossustentado, embora, de forma contraditória, a economia dependente está condicionada pelo desenvolvimento daquela à qual se subordina. Não se trata de uma relação de “exploração” de um determinado país por outro. Marx já notava, lembra o autor, que se trata de “[...] falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalisticamente, como um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais” (MARX apud CARCANHOLO, 2013, p. 194), de forma que a categoria central de análise é o capital e não a “nação”. Assim, “[...] a situação de dependência é fruto de um desenvolvimento desigual e combinado de leis de funcionamento do capital, em distintas partes do mundo” (CARCANHOLO, 2013, p. 194). É por essa razão que a análise de Marini privilegia o ciclo do capital nas economias periféricas, que têm nos diferentes mecanismos de transferência de valor o núcleo da caracterização da dependência, assim como na superexploração do trabalho, uma espécie de avalista da expansão capitalista.

Carcanholo (2013) destaca que a superexploração é uma categoria específica do capitalismo dependente, como mecanismo de compensação da transferência estrutural de valor, e que, por isso, não pode ser confundida com outras formas de elevação da taxa de mais-valia ou de exploração existentes no capitalismo. Esse mecanismo, assim, consistiria ainda na *causa sui* das relações de dependência. No entanto, quando examinados à luz daquilo que Mészáros (2009) chamou de equalização declinante da taxa de exploração diferencial, é possível observar a modificação interna dos nexos entre as economias centrais e as dependentes, justamente a partir dos obstáculos postos à expansão capitalista das primeiras, na qualidade de centro dinâmico do conjunto do sistema, em face da crise estrutural do capital, convertendo o desenvolvimento das segundas ao desenvolvimento mais amplo e generalizado de suas contradições estruturais. Diz Mészáros (2009, p. 1006):

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”.

Na chave interpretativa do filósofo húngaro – diferentemente de Marini –, o desenvolvimento do modo de produção capitalista é inteligível sem os conceitos de capital social total e de totalidade do trabalho, cujo antagonismo tende a se modificar em função: (a) das circunstâncias socioeconômicas locais; (b) da posição relativa de cada nação na estrutura global da produção; e (c) do grau de desenvolvimento social global. Com isso, “a realidade objetiva das diferentes taxas de exploração – tanto no interior

de um dado país como no sistema mundial do capital – é tão inquestionável como são as diferenças objetivas nas taxas de lucro em qualquer período particular” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1006).

Isso, porém, não altera a tendência fundamental do desenvolvimento global do capital à crescente equalização das taxas de exploração diferencial. O autor explica que, quando o capital nacional total – que não deve ser confundido com o capital social total – sofre um enfraquecimento relativo de sua posição na estrutura global do capital, buscará compensar suas perdas com o aumento da taxa de exploração sobre a força de trabalho que está sob seu controle direto, pois, se não o fizer, terá sua posição relativa ainda mais enfraquecida no modo como participa do capital social total. “Não pode haver nenhuma outra saída, senão pela intensificação das taxas específicas de exploração, as quais somente podem conduzir, tanto localmente como em termos globais, a uma explosiva intensificação social fundamental a longo prazo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 1007).

Nas circunstâncias da transnacionalização das relações de produção, “[...] a equalização descendente das taxas de exploração diferenciais afeta cada um dos países capitalistas avançados, mesmo os mais ricos” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37). Assim, sob as circunstâncias históricas da crise estrutural do capital, “[...]temos que enfrentar aqui uma tendência extremamente significativa e de longo alcance: o retorno da mais-valia absoluta, em uma extensão crescente nas últimas décadas, nas sociedades de ‘capitalismo avançado’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 38).

Isso quer dizer que a superexploração do trabalho, diante da conjuntura mencionada, não parece ser específica das economias dependentes. Acerca dessa categoria, Carcanholo (2013) afirma que, desde Marx, a superexploração não corresponde meramente a uma maior exploração ou elevação da taxa de mais-valia – que para Marx, vale dizer, é a “expressão exata” do grau de exploração da força de trabalho, cujo significado

na obra marxiana é de consumo/realização do valor de uso da força de trabalho a fim de satisfazer a necessidade de quem a utiliza. Nesse caso, essa exploração significa a valorização do capital a partir da extração de mais-valia ou excedente de trabalho não pago.

Em Ruy Mauro Marini (2017), a superexploração é precisamente o mecanismo de compensação da transferência de valor operada pela economia dependente, por isso não pode ser confundida com outros mecanismos da relação-capital para elevar a taxa de mais-valia ou a taxa de exploração. Nesse sentido, é possível dizer que a equalização descendente das taxas de exploração diferenciais evidenciadas pela globalização do capital tende a intensificar, de modo simultâneo, tanto os mecanismos gerais de elevação da taxa de mais-valia nas economias centrais, inclusive a superexploração do trabalho, quanto acentuar este que é um expediente da periferia do sistema do capital, ou das economias dependentes que, por seu turno, impactam negativamente o capital social total, constituindo um círculo vicioso do metabolismo social do capital do qual não pode escapar em nenhuma circunstância da ordem social vigente.

Desse modo, o Brasil se tornou um país com um importante setor industrial, legatário da Segunda Revolução e atropelado pela revolução molecular-digital – agora avassalada pela quarta revolução industrial, a da inteligência artificial – com forte agronegócio e uma estrutura de serviços simultaneamente moderna, diversificada e primitiva (a depender da ponta do consumo pela qual se puxa), um sistema financeiro desregulamentado e um setor bancário altamente concentrado. Tudo isso devido ao fato de o país ser tributário do desenvolvimentismo realmente existente, para o qual foram necessários drásticos ajustes da institucionalidade do Estado e da economia, operados desde o final da ditadura civil-militar, em meados dos anos de 1980, até 2020, ao aprofundar suas conexões com o capital social total, na esteira da globalização. Simultaneamente, a alta proporção da dívida sobre o PIB indica que, sem o capital financeiro transnacional, a

economia não se move. Em 2001, a dívida externa sobre o PIB representava 41%, sendo que apenas o seu serviço, os juros sobre o PIB, chegou a 9,1% (OLIVEIRA, 2003).

Francisco de Oliveira (2003) afirma ainda que a dependência financeira produz a dívida financeira interna, sendo a única política executada para tentar combater o ingresso do capital especulativo. Com isso, a produção anual do PIB depende de um endividamento na mesma proporção, reiterando a financeirização da economia que, por seu turno, alija os setores produtivos, conformando um ciclo vicioso.

Leda Paulani analisou a trajetória da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF ou FBKF) – o valor total dos investimentos em capital fixo, realizados por empresas públicas e privadas –, medida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos anos de 1970, 1980, 1990 e primeiros anos de 2000. A média da década de 1970 da FBKF/PIB foi de 23,1%; em 1980, caiu para 18,55% e, em 1990, foi ainda mais reduzida, 15,05%, chegando no período de 2000 a 2004 à média de 14,07%. Considerado a partir dos governos de FHC e Lula da Silva, o resultado da proporção FBKF/PIB foi o seguinte: 15,72% no primeiro governo de FHC; 14,55% no segundo e 13,47% no primeiro governo Lula (PAULANI, 2008).

Em contrapartida, as despesas anuais do país com os serviços de fatores de produção – que incluem lucros e dividendos de investimentos diretos e juros de empréstimos intercompanhias, de investimentos em carteira e juros de empréstimos convencionais –, no período de 1975 a 2004, saltaram de US\$ 2 bilhões para US\$ 23,7 bilhões, isto é, houve um crescimento de 1.085%, enquanto o PIB cresceu, no mesmo período, 129%. Ou seja, “[...] ao mesmo tempo em que o envio de renda ao exterior cresceu 10,9 vezes, o PIB cresceu 1,3 vez [...]” (PAULANI, 2008, p. 77). Ademais, se nos anos 1980 foram os juros de empréstimos comerciais que se destacaram – sendo, inclusive, responsáveis pela chamada “crise da dívida” –, nos anos

1990 as despesas de investimentos diretos, sobretudo, lucros e dividendos da internacionalização da produção, em grande parte decorrente dos processos de privatização, foram aquelas que ganharam maior importância. No início dos anos 2000, há outra alteração nessa dinâmica: a parcela mais importante dos gastos é composta pelas despesas dos investimentos em carteira. Mas, de qualquer modo, depois da década de 1980, o Brasil passou de importador para exportador líquido de capital.

Articulado à constituição de uma esfera específica de acumulação financeira, o Brasil passou a um padrão exportador de especialização produtiva, estruturado pelos segmentos das grandes cadeias globais dos setores primários, como os agronegócios (OSORIO, 2012), e sob o comando do capital transnacional e dos centros dinâmicos do sistema. Não é à toa que a partir dos anos 2000 o país experimenta um processo de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações. Num artigo para o portal Correio da Cidadania, de 2012, Guilherme Delgado esclarece que a desindustrialização não significa apenas perda de participação relativa da indústria no PIB, mas a perda quantitativa e qualitativa do setor produtor de progresso técnico industrial, que resulta do desmonte dos núcleos de inovação da indústria, como nos setores ligados à química e petroquímica. Paulatinamente, ocorre um deslocamento da acumulação de capital voltada para o exterior, por meio do que o economista chama de “controle das vantagens comparativas naturais”, por exemplo, via produção de matérias-primas do agronegócio, da mineração, da exploração de recursos ecológicos e naturais, que não promovem “efeitos de arrasto da inovação técnica industrial para a expansão”. Portanto, a desindustrialização, no sentido expresso, está intrinsecamente ligada à reprimarização da pauta de exportações (DELGADO, 2012). É aí que a questão agrária brasileira retoma sua centralidade, reativada pelo padrão de especialização produtiva – alimentado pela financeirização da economia –, característica distintiva do novo padrão exportador.

Como argumentou Osorio (2012), não se trata de “extrativismo” ou “neo-extrativismo”, categorias descritivas que desconectam as exportações de matérias-primas do fato de que são geradas em núcleos de produção reduzidos, destinadas ao mercado externo e a um pequeno mercado interno, com implicações negativas sobre os salários e as condições de vida. A emergência do padrão exportador de especialização produtiva seria uma expressão de que “[...] é a própria dependência que se reproduz, como modalidade particular do capitalismo e de inserção na acumulação mundial” (OSORIO, 2012, p. 105). Nesse caso, parafraseando Jaime Osorio, poderíamos dizer que é também a expressão de que é a própria questão agrária que se reproduz, como modalidade particular da dependência sob as condições de crise do capital. Ao mesmo tempo, como traço constitutivo do desenvolvimento brasileiro, são as estruturas historicamente ossificadas da questão agrária nacional que possibilitam essa emergência.

Dito de outra maneira, sob a marca da servidão – agora profundamente implicada pela lei tendencial da equalização descendente das taxas de exploração diferenciais, que induz à conversão do país em plataforma de valorização financeira e funcionaliza o novo padrão exportador de especialização produtiva –, o desenvolvimento econômico-social brasileiro tende a reproduzir as estruturas da questão agrária que, por sua vez, permanece na condição inalienável do próprio desenvolvimento servil, num círculo vicioso inquebrável no interior da ordem.

Na próxima parte do texto, examino mais de perto o que entendo ser o conjunto de contradições que compõem o centro crítico da questão agrária hoje e que incidem sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro na medida em que é produto de sua expansão. Busco me afastar da ideia de uma “nova questão agrária”, justamente por entender que são as estruturas historicamente constituídas, como particularidade da expansão capitalista brasileira, que permitem, sob as condições globais

da acumulação/valorização do capital, a formação do novo padrão de especialização produtiva. Mas ao torná-lo estruturalmente possível, conectam-se a um novo conjunto de contradições associado aos limites absolutos do capital social total. Em consequência disso, resulta um novo centro crítico de contradições da velha questão agrária.